



Ofício Circular nº 129/2025/CGJCE

Fortaleza, data da assinatura digital.

Aos(As) Senhores(as) Magistrados(as) com Jurisdição Criminal

Processo nº 8528753-86.2024.8.06.0000

Assunto: Orientações referentes aos Mandados Judiciais de Sequestro de Bens Imóveis.

Senhores(as) Juízes(as),

Com os cordiais cumprimentos de estilo, venho por meio do presente, determinar a todos(as) os(as) magistrados(as) com jurisdição criminal que, ao proferirem decisões que resultem em sequestro de bens imóveis, instrumentalizem a ordem dirigida aos Cartórios de Registro de Imóveis, através de mandado judicial da espécie, conforme modelo em anexo.

Acrescente-se, ainda, que a contrafé do Mandado de Sequestro e Averbação deverá, após o devido cumprimento (ou em casos excepcionais de recusa justificada ou impossibilidade de fazê-lo), ser juntada aos autos, mediante certidão circunstanciada.

Atenciosamente,

Marlúcia de Araújo Bezerra
Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará

ANEXO ÚNICO – OFÍCIO CIRCULAR N° 129/2025/CGJCE

****PODER JUDICIÁRIO****

****[NOME DO TRIBUNAL/COMARCA]****

****[VARA CRIMINAL COMPETENTE]****

****MANDADO DE SEQUESTRO E AVERBAÇÃO****

Processo nº: [NÚMERO DO PROCESSO]

Autor: Ministério Público

Acusado: [NOME DO ACUSADO]

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da [VARA CRIMINAL], no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 125 do Código de Processo Penal, determina o sequestro do bem imóvel descrito neste instrumento e consequente averbação na matrícula:

****Descrição do Imóvel:****

[Descrição detalhada do imóvel, incluindo endereço completo, matrícula no cartório de registro de imóveis, área total, confrontações e demais informações relevantes]

****Motivo do Sequestro:****

****Determinações:****

1. Proceder-se ao sequestro do bem indicado;
2. Promover o Sr. Oficial do Registro à AVERBAÇÃO do sequestro na matrícula do imóvel.
3. Retornando a comunicação de cumprimento aos autos do processo, cientifique(m)-se o(s) proprietário(s) e possuidor(es) do imóvel acerca da decisão de sequestro e demais providências adotadas.
3. Encaminhe-se cópia deste mandado ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Observação: Isento de emolumentos - art. 5º, I e III, da Lei Estadual nº 16.132/2016 e art. 98, § 1º, IX, CPC.

Cumpra-se.

[Local], [Data]

[Nome do Juiz(a)]

Juiz(a) de Direito

[Assinatura]